

Relembrando a revolução russa no tempo da declaração de março

Raimundo Santos¹

A Revolução Russa de 1917 marca o PCB desde sua fundação, em 1922. O seu influxo mais criativo, no entanto, viria ao fim da crise provocada pelo Relatório Kruschev com o anúncio da “nova política” feito na Declaração de Março de 1958. Essa resolução acolhia parcialmente o resultado dos debates sobre o stalinismo de 1956-57 e dava curso às mudanças que vinham forçando passagem desde o início da década de 1950, quando o Partido Comunista abandona o radicalismo dos anos da Guerra Fria e reorienta particularmente sua atuação agrária.

A partir da Declaração de Março, o PCB passou a praticar uma orientação de “frente única permanente” assentada na crescente valorização da democracia representativa e na realização de reformas estruturais progressivas. Em meados dos anos 1970, áreas comunistas, sobremaneira intelectuais, ao buscar consolidar o sentido da política de resistência ao regime de 1964 em uma estratégia democrática ao socialismo, ainda recorrem a Lênin e a seus conceitos das vias prussiana e *farmer* de desenvolvimento capitalista tardio.

Referimo-nos aqui à recepção das reflexões de Lênin sobre as duas revoluções russas, especialmente a de 1905, vista por ele com “ensaio geral” da Revolução de Outubro. Trata-se de um leninismo presente na exposi-

¹ Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e organizador da coletânea *Caio Prado Jr. – Dissertações sobre a revolução brasileira*. São Paulo/Brasília: Brasiliense/Fundação Astrojildo Pereira, 2007.

ção que o marxista russo faz da sua teoria da revolução democrático-burguesa de novo tipo na periferia capitalista (cf. *Duas Táticas da Social-democracia Russa*, de 1905, e *O Programa Agrário da Social-democracia Russa*, de 1907); uma teoria heterodoxa, uma vez que alude a um processo revolucionário sem o protagonismo de uma classe econômica robusta e movido por uma aliança entre contingentes de camponeses rebeldes e grupos da *intelligentsia*.

Nesta celebração da Revolução de 1917, queremos chamar a atenção para a presença importante desse leninismo no PCB daquele tempo da Declaração de Março de 1958, época de um dos mais expressivos autores comunistas que se dedicaram a lastrear a “nova política” iniciada na hora certa dos anos nacional-desenvolvimentistas: Alberto Passos Guimarães, falecido em dezembro de 1993. Principal formulador do agrarismo novo, sua contribuição, no entanto, não se limita ao tema rural.

Em relação ao último tema, registremos que, seguindo a tática à época adotada de fundar sindicatos rurais visando alcançar os camponeses, os comunistas deram passos consideráveis. Além de já terem fundado a União de Lavradores e Trabalhadores do Brasil (Utlab), então incentivavam Julião e outras correntes a constituírem a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag). Todavia, ao se valer da teoria leniniana da revolução na periferia capitalista, Passos Guimarães também nos traz questões referentes ao nexo entre reforma e revolução. Nesse sentido, os seus textos daquele tempo expressam bem o estilo de pensar e agir da esquerda histórica.

Citemos alguns traços do perfil à época delineado pelo autor de *Quatro Séculos de Latifúndio*: 1) a insistência em circunscrever ao tempo presente o campo da ação; 2) a busca de “soluções positivas”, que permitam uma aproximação às “reformas estruturais”; e 3) a avaliação dos resultados das “soluções positivas” concretizadas (longe do “quanto pior, melhor”).

Desenvolvo esse e outros pontos no capítulo “Alberto Passos Guimarães e a revolução Agrária Não-camponesa” que estruturam o meu recente livro *Agraristas Políticos Brasileiros*, publicado em co-edição pela Fundação Astrojildo Pereira, o Núcleo de Estudos Agrários (NEAD-MDA) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).